

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

ANÁLISE CRIMINAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ANÁLISE CRIMINAL

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS E TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO
RESUMO
O conflito é uma presença constante na sociedade humana e, assim, o estudo da fundamentação histórica, do contexto e dos elementos do conflito possibilita o entendimento de como se dão alguns fenômenos no contexto organizacional. Em qualquer ambiente em que estivermos inseridos, sempre haverá conflito, que é importante para o desenvolvimento humano. No ambiente organizacional, encontramos situações conflituosas que podem influenciar de forma negativa ou positiva as relações no contexto do trabalho...
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 À AULA 6 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">• KISSINGER, H. Ordem mundial [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.• LOTZ, E.; GRAMMS, L. C. Gestão de talentos. Curitiba: Ibpex, 2012.• WACHOWICZ, M. C. Conflito e negociação nas empresas. Curitiba: Intersaberes, 2012.

DISCIPLINA: CRIMINALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO DO COMPORTAMENTO VIOLENTO
RESUMO
Nesta disciplina vamos falar sobre insegurança social, começando por alguns indicadores mundiais e nacionais, e veremos o que as ciências dizem a respeito desse complexo fenômeno da atualidade.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO AS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS ELEMENTOS PSICOLÓGICOS ENVOLVIDOS A SOCIOLOGIA E A TRANSITORIEDADE DAS RELAÇÕES A VULNERABILIDADE SOCIAL
AULA 2 INTRODUÇÃO CRIMINOLOGIA CULPABILIDADE DO AGENTE CRIMINOSO COMPORTAMENTO CRIMINOSO E APLICAÇÃO DA LEI PENAL CUSTOS DA CRIMINALIDADE E ALGUMAS PERSPECTIVAS
AULA 3 INTRODUÇÃO DOS REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA O ESTADO ATUAL DOS PRESÍDIOS A VULNERABILIDADE NO CÁRCERE ALGUMAS PERSPECTIVAS
AULA 4 INTRODUÇÃO COMPORTAMENTO VIOLENTO E DIREITO PENAL VIOLÊNCIA COMO FENÔMENO SOCIAL

CRIMINALIZAÇÃO E MEDIDA DE CULPABILIDADE
VULNERABILIDADES

AULA 5

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL II
CULPABILIDADE
EXCLUDENTES CRIMINAIS
CRIMINALIDADE E CRIMINALIZAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL (II)
ALGUNS ELEMENTOS DE PSICANÁLISE
REINCIDÊNCIA
RESSOCIALIZAR É PRECISO

BIBLIOGRAFIAS

- ARAÚJO, Á. C.; NETO, F L. A nova classificação americana para os transtornos mentais – o DSM-5. Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva. São Paulo, v. 16, n. 1, 2014.
- BAUMAN, Z. A vida fragmentada: ensaios sobre a moral pós-moderna. Lisboa: Editora Relógio d'Água, 2007.
- CERQUEIRA, D. et al. (Coord.). Atlas da violência 2018. 2018.

DISCIPLINA:

CRIMINALIDADE, CRIMINALIZAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

RESUMO

Ao longo da disciplina, trataremos de conceituar crime, criminalidade e criminalização com o objetivo de buscar o entendimento sobre essas categorias fundamentais para compreender a realidade no Brasil. Por se tratar de um debate muito polêmico e permeado de discordância e senso comum, procuramos deixar claro que a abordagem que segue parte da teoria socio-histórica amparada na sociologia do crime e do cotidiano. Certamente em outras ciências e áreas do saber, é possível localizar perspectivas distintas da que você encontrará durante as aulas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
CRIMINALIDADE: REFLEXÕES PARA ALÉM DA BASE SEMÂNTICA
CRIMINALIZAÇÃO: PROCESSOS SOCIOECONÔMICOS - CULTURAIS
O SISTEMA DE PUNIÇÃO – INSTITUIÇÕES TOTAIS
A CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA – QUANDO VIVER É MUITO PERIGOSO

AULA 2

INTRODUÇÃO
HISTÓRIA DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL
O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO CHEGA NO LIMITE
O ENCARCERAMENTO EM MASSA - PERFIL E FUNCIONALIDADES
EM BUSCA DE ALTERNATIVAS PARA O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

AULA 3

INTRODUÇÃO
A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS
DIREITOS HUMANOS NO SÉCULO XX
AS CONCEPÇÕES DE DIREITOS HUMANOS
A GERAÇÃO E AS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

DIREITOS HUMANOS E RELATIVISMO CULTURAL

A ALTERIDADE E A MULTICULTURALIDADE: REFLEXÕES CONCEITUAIS

VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

70 ANOS DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

BRASIL NO BANCO DOS REÚS – TRIBUNAIS INTERNACIONAIS

TRATADOS E ACORDOS INTERNACIONAIS EM DEFESA DE DIREITOS HUMANOS

OS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

AS DISTORÇÕES EM RELAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS COMO ESTRATÉGIA DE ESTADO

AULA 6

INTRODUÇÃO

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

MOVIMENTOS SOCIAIS DO SÉCULO XXI

A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

BIBLIOGRAFIAS

- CANO, I.; SOARES, G. D. As teorias sobre as causas da criminalidade. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. Manuscrito.
- CORTELLA, M. S. Quem avisa amigo é... Folha de São Paulo, 13 set. 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/equilibrio/eq1309200122.htm>.
- HELPES, S. S. A entrada da Sociologia na cena do crime: uma breve revisão literária. Revista Café com Sociologia, Maceió, v. 3, n. 3, p. 141-160, 2014. Disponível em: <https://revistacafecomsociologia.com/revista/index.php/revista/article/view/399/pdf>.

DISCIPLINA:

DESAFIOS ESTRATÉGICOS PARA A SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA

RESUMO

O surgimento dos primeiros computadores, sua evolução e o advento da internet foram, e ainda são, facilitadores da criação e do consumo exponencial da informação de uma maneira cada vez mais imediata. As novas tecnologias possibilitam que a expressão dos pensamentos, bem como das ideias das pessoas, floresçam em tempo real, criando assim um ciclo que envolve a produção e o consumo do que podemos considerar como informações cibernéticas (Cordeiro Viana e Silva; Bandeira, 2016).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A CIBERNÉTICA

O ESPAÇO CIBERNÉTICO

CIBERCULTURA

CIBERCRIMES

AULA 2

SEGURANÇA CIBERNÉTICA

PRIVACIDADE CIBERNÉTICA

MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE DE DADOS

A GESTÃO DA SEGURANÇA, PRIVACIDADE E INTEGRIDADE DE DADOS NO ESPAÇO CIBERNÉTICO

AULA 3

COMPROMETIMENTO DA INTERNET
GOVERNANÇA
GOVERNANÇA NAS CORPORAÇÕES
RESILIÊNCIA, DISSUAÇÃO E DEFESA: A CIBERSEGURANÇA NAS CORPORAÇÕES

AULA 4

POLÍTICA DE DEFESA CIBERNÉTICA BRASILEIRA
PARCERIAS INTERNACIONAIS
DOCTRINA MILITAR DE DEFESA CIBERNÉTICA (DMDC)
ESTRATÉGIA PARA GOVERNANÇA E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE DEFESA CIBERNÉTICA NO BRASIL

AULA 5

INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA, SEGURANÇA CIBERNÉTICA E CIBERGUERRA
SITUAÇÃO DO BRASIL NO TOCANTE À SEGURANÇA CIBERNÉTICA
O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA E DEFESA CIBERNÉTICA
QUESTÕES CRÍTICAS COM RELAÇÃO À SEGURANÇA CIBERNÉTICA

AULA 6

DEFESA AMPLIADA CONTRA RAMSOMWARES
FALHAS DE SEGURANÇA NAS ESTRUTURAS DE PLATAFORMAS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM
PERSPECTIVAS DE SEGURANÇA NA INTERNET DAS COISAS (IOT)
PORTA ABERTA DOS APPS E RISCOS DA MOBILIDADE TOTAL

BIBLIOGRAFIAS

- AMORIM, C. Segurança Internacional: novos desafios para o Brasil. Contexto Internacional, 2013.
- CORDEIRO VIANA E SILVA, C.; BANDEIRA, K. P. Defesa cibernética no Brasil. Revista de Análise Internacional, v. 1, n. ago/dez, p. 13-27, 2016.
- SOUZA JUNIOR, A. F. de; ERMES STREIT, R. Segurança cibernética: política brasileira e a experiência internacional. Revista do Serviço Público, v. 68, n. 1, p. 107, 2017. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/864>.

DISCIPLINA:

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

RESUMO

Esta disciplina aborda sobre as instituições de Direito Público e Privado estudando a Teoria Geral do Direito. Assim, vamos entender os conceitos básicos de Direito, iniciando pelo Direito Objetivo e Subjetivo, passando pelo Direito Público e Privado, e concluindo com o Direito Positivo e Natural. Veremos que embora o Direito, a Justiça e a Moral caminhem juntos, às vezes estes se distanciam bastante e chegam a provocar reações na sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

ORIGEM, FINALIDADE E CONCEITO DO DIREITO
DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO – DIREITO PÚBLICO E DIREITO PRIVADO
DIREITO E MORAL: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS
FONTES DO DIREITO
INTEGRAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS

AULA 2

DIREITO CONSTITUCIONAL: CONCEITO

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
PROIBIÇÕES CONSTITUCIONAIS
PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DAS LIBERDADES

AULA 3

DIREITO ADMINISTRATIVO: CONCEITO E PRINCÍPIOS
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E ATO ADMINISTRATIVO
LICITAÇÕES PÚBLICAS
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 4

DIREITO CIVIL. DIVISÃO. DIREITO DAS PESSOAS
DIREITO DAS COISAS
DIREITO DE FAMÍLIA
DIREITO DAS OBRIGAÇÕES
CONTRATOS EM GERAL

AULA 5

DIREITO DO TRABALHO: INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS TRABALHISTAS
RELAÇÃO INDIVIDUAL DO TRABALHO
RELAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
SEGURIDADE SOCIAL

AULA 6

DIREITO DO CONSUMIDOR: INTRODUÇÃO
DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR
RESPONSABILIDADE E REPARAÇÃO DE DANOS AO CONSUMIDOR
DIREITO EMPRESARIAL
CAPACIDADE CIVIL E EMPRESARIAL

BIBLIOGRAFIAS

- ASCENSÃO, J. O. O direito: introdução e teoria geral. 13. ed. Coimbra: Almedina, 2005.
- BRANCATO, R. T. Instituições de direito público e de direito privado. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BEÇAK, R. A dimensão Ético-Moral e o Direito. Revista Brasileira de Direito Constitucional, São Paulo, n. 9, jan-jul 2007. Disponível em: http://www.escolasuperiordedireito.com.br/RBDC/RBDC-09/RBDC-09-307-Rubens_Becak.pdf.

DISCIPLINA:
INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DIGITAIS

RESUMO

O avanço da internet e o desenvolvimento tecnológico possibilitaram a propagação de uma nova abordagem referente aos tipos de crimes: os virtuais. Considerando o surgimento destas ações, se fez necessário também evoluir contra os delitos digitais. A necessidade de profissionais especializados, a dificuldade na identificação e a necessidade da elaboração das provas, são alguns dos temas abordados nesta disciplina.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

HOMO SAPIENS

A EVOLUÇÃO NO MUNDO DO DIREITO
A CONVIVÊNCIA E AS LEIS
AS LEIS E OS CÓDIGOS
A CONSTITUIÇÃO E OS CRIMES

AULA 2

CRIME
DOLO E CULPA
CRIMES CONTRA A HONRA
AS TECNOLOGIAS E O CRIME CIBERNÉTICO
A PROVA

AULA 3

ONDE OCORREM OS CRIMES CIBERNÉTICOS
A INTERNET, DEEP WEB E DARK WEB
OS LOGS
ENDEREÇO IP – UMA GRANDE EVIDÊNCIA
DA MATERIALIDADE DAS EVIDÊNCIAS

AULA 4

OUTROS RISCOS NA REDE
A APURAÇÃO DE CYBERCRIMES
INVESTIGAÇÕES ENVOLVENDO WEBSITES
INVESTIGAÇÃO DE CRIMES ENVOLVENDO E-MAIL (CORREIO ELETRÔNICO)
INTERCEPTAÇÃO TELEMÁTICA

AULA 5

REDES SOCIAIS ONLINE
BUSCA ELETRÔNICA
CRIMES MAIS COMUNS EM REDES SOCIAIS
ADVERSIDADES A SEREM SUPERADAS
DIFICULDADES PARA OBTER-SE A ORIGEM DE UM EVENTO NA INTERNET

AULA 6

ANÁLISE E PRINCÍPIO FORENSE
LEGISLAÇÃO
COMPUTAÇÃO NAS NUVENS OU CLOUD COMPUTING
A PREPARAÇÃO DA POLÍCIA, JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

BIBLIOGRAFIAS

- BACELLAR, R. P. Administração judiciária. Curitiba: InterSaber, 2016.
- DELMANTO, R. Leis penais especiais comentadas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- MANKIW, G. N. Princípios de economia. São Paulo: Centage Learning, 2017.

DISCIPLINA:

TECNOLOGIAS APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA

RESUMO

A tecnologia permeia nossas vidas. Diariamente, utilizamos diversas tecnologias, seja no trabalho, no lazer, na comunicação com as pessoas, nos estudos e, evidentemente, em nossa segurança, seja pessoal ou pública. O domínio sobre as aplicações e a compreensão de suas limitações trará ao profissional de segurança pública a capacidade de análise necessária para posicionar-se diante das demandas diárias da sociedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

MONITORAMENTO E VÍDEOVIGILÂNCIA
TECNOLOGIAS DE COMPRESSÃO
ANÁLISE DE CONTEÚDO DE VÍDEO
ARMAZENAMENTO DE IMAGENS

AULA 2

SOFTWARES DE APOIO INVESTIGATIVO
BIG DATA E ANÁLISE DE DADOS
OPERAÇÕES COM DRONES
CONTRAMEDIDAS E RADARES DE PROTEÇÃO

AULA 3

CONTRAMEDIDAS TECNOLÓGICAS
AS REDES SOCIAIS E APLICATIVOS
A INTERNET DAS COISAS (IOT)
APLICANDO SOLUÇÕES

AULA 4

FUSÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
APLICATIVOS MÓVEIS
PLATAFORMAS DE INTEGRAÇÃO
CENTROS DE OPERAÇÕES E INTELIGÊNCIA

AULA 5

FERRAMENTAS DE MINERAÇÃO DE DADOS
DEEP LEARNING
APLICAÇÕES NA SEGURANÇA PÚBLICA
ESTUDO DE CASOS

AULA 6

BIOMETRIA FACIAL E A MULTIDÃO
RASTREAMENTO DE ATIVOS E PESSOAS
PLATAFORMAS DE GESTÃO
CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, C. A. B. Tecnologias aplicadas à segurança: um guia prático. Curitiba: InterSaberes, 2018.

DISCIPLINA:

PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL E DO PROCESSO CRIMINAL

RESUMO

Para fins didáticos, o Direito, como conjunto de regras com vistas à disciplina da convivência social, pode ser estudado com base na acepção de norma jurídica (em sentido amplo). A norma jurídica, desse modo, seria composta por regras jurídicas (em sentido estrito) e princípios. Ao lado das regras jurídicas em sentido estrito, os princípios dão completude lógica ao sistema jurídico, dandolhe coerência ao ligar, pretensamente de modo harmônico, seus elementos normativos. É a estrutura jurídica que dá sistematicidade ao Direito como conjunto de regras, e ao Direito Penal e Processual Penal como ramos específicos das ciências jurídicas. Dessa forma, os princípios ocupam posição de destaque, essenciais para a elaboração, interpretação e aplicação da ordem jurídica positiva. Em outras palavras, a

essencialidade do princípio o alça em importância para ser considerado na fase de elaboração da norma jurídica (fontes formais e materiais do Direito), bem como na fase de vigência da mesma norma (hermenêutica jurídica, enquanto processo de interpretação para busca do sentido e alcance da norma objeto de interpretação).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
PRINCÍPIO DA IGUALDADE
PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL
PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

AULA 2

PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (NÃO CULPABILIDADE, ESTADO DE INOCÊNCIA)
PRINCÍPIO DO PRIVILÉGIO CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO
PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA
PRINCÍPIO DA VERDADE REAL OU MATERIAL

AULA 3

PRINCÍPIO ACUSATÓRIO
PRINCÍPIO DO NE BIS IN IDEM
PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE
PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

AULA 4

PRINCÍPIO DA FRAGMENTARIEDADE
PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA
PRINCÍPIO DA ADEQUAÇÃO SOCIAL
PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA

AULA 5

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE
PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PESSOAL
PRINCÍPIO DA LIMITAÇÃO DAS PENAS
PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL, DA LEGALIDADE OU DA ANTERIORIDADE

AULA 6

PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE - 2ª PARTE
PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE E DA RETROATIVIDADE BENIGNA
PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO
CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIAS

- ÁVILA, H. Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. São Paulo: Malheiros, 2003.
- BAJER, P. Processo Penal e cidadania. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- _____. Decreto-lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal). Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 de outubro de 1941.
- CARNELUTTI, F. Principi del processo penale. Napoli: Morano, 1960.
- MARQUES, J. F. Elementos de direito processual penal. 2. ed. v. I-IV. Campinas: Millennium, 2000.
- OLIVEIRA, E. P. de. Curso de processo penal. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DISCIPLINA: PERÍCIAS CRIMINAIS
RESUMO
Este material veio para suprir uma lacuna e atender esta necessidade em um mercado carente de profissionais habilitados e qualificados para exercerem atividades investigativas. No caso, esta disciplina torna-se fundamental, pois ela auxilia ao aluno a compreender detalhes que possam lhe auxiliar numa investigação, tanto para executá-la quanto para complementá-la.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 PERÍCIA CRIMINAL E A CRIMINALÍSTICA PROVA CONCEITO DE LOCAL DE CRIME, ISOLAMENTO E PRESERVAÇÃO DIVISÃO DOS LOCAIS DE CRIME TIPOS DE LOCAIS DE CRIMES
AULA 2 O PROCESSO PAPILOSCÓPICO A PAPILOSCOPIA COMO FORMA DE IDENTIFICAÇÃO A ESTRUTURA DA PELE E A FORMAÇÃO DIGITAL DA COLETA NA CENA DO CRIME AO LAUDO PERICIAL LEGISLAÇÃO ATUAL NA IDENTIFICAÇÃO
AULA 3 NOÇÕES DE GRAFOTECNIA E AS LEIS DO GRAFISMO CONCEITO DE ESCRITA E DOCUMENTO E AS SUAS CARACTERÍSTICAS FRAUDES COM DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E IMAGENS CHEQUES E OS PRINCIPAIS GOLPES COM DOCUMENTOS IDENTIFICAÇÃO DE MOEDA FALSA: REAL
AULA 4 TANATOLOGIA TRAUMATOLOGIA ASFIXIOLOGIA TOXICOLOGIA SEXOLOGIA
AULA 5 O SISTEMA RENAVAL NOÇÕES BÁSICAS SOBRE LIGAS METÁLICAS S PRINCIPAIS TIPOS DE ADULTERAÇÕES EM VEÍCULOS VISTORIA E INSPEÇÃO O LAUDO PERICIAL CRIMINAL
AULA 6 A CLASSIFICAÇÃO DAS ARMAS A CLASSIFICAÇÃO DOS CALIBRES OS TIPOS DE MUNIÇÕES EXISTENTES NO BRASIL EXAME DE EFICIÊNCIA EM ARMAS E MUNIÇÕES O EXAME DE CONFRONTO BALÍSTICO E O LAUDO
BIBLIOGRAFIAS
• GARCIA, I. E., PÓVOA, P. C de M. Criminalística. Goiânia: AB, 2000.

- LIPINSKI, A. C. Crime Organizado e a Prova Penal. Curitiba: Juruá, 2011.
- _____. Resumo de Processo Penal. Curitiba: Juruá, 2011.
- PORTAL EDUCAÇÃO. Criminalística e o perito criminal. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/medicina/criminalistica-eo-perito-criminal/13592>.
- ROBLES, P. R. Das impressões digitais nos locais de crime. São Paulo: Paulistanajur, 2004.

DISCIPLINA:

VISUALIZAÇÃO DE DADOS, MAPEAMENTO E NARRATIVAS

RESUMO

O uso constante das tecnologias na vida das pessoas é um dos fatores mais importantes para o desenvolvimento de uma cultura contemporânea denominada cibercultura. Essa cultura pode ser considerada uma direta evolução da cultura técnica moderna marcada pelas tecnologias digitais (Lemos; Cunha, 2003). Essa evolução aconteceu porque o ambiente digital disponibiliza espaços de compartilhamento de informações e conhecimento que promovem a troca de ideias e interações; esse ambiente pode ser chamado de ciberespaço. Mesmo sendo um conceito amplamente estudado no meio acadêmico, a origem do termo ciberespaço se dá no livro de ficção científica Neuromancer, de Willian Gibson, em 1984, na busca de exemplificar um espaço onde bilhões de operadores legítimos em cada nação se conectam em tempo real e formam uma constelação de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO
CARACTERÍSTICAS DA INFORMAÇÃO
O VALOR DOS DADOS E DA INFORMAÇÃO
REDES SOCIAIS E DADOS COLABORATIVOS

AULA 2

INTRODUÇÃO
FORMATOS DE VISUALIZAÇÃO DOS DADOS
INFOGRÁFICOS
DESIGN DA INFORMAÇÃO
SEMIÓTICA PARA O DESIGN DA INFORMAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO
MÉTRICAS
INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO
DECISÕES BASEADAS EM DADOS
MAPEAMENTO DE DADOS

AULA 4

INTRODUÇÃO
DADOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS
ARMAZENAMENTO DE DADOS
BIG DATA
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

NARRATIVA DE DADOS
PROCESSO DE NARRATIVA DE DADOS
EXPERIÊNCIA NARRATIVA
NARRATIVA DE DADOS COMO ESTRATÉGIA ORGANIZACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
GESTÃO DE DADOS EM MOMENTOS DE CRISE
REDES DE RELACIONAMENTO
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS NOVOS PRODUTOS
USOS DE DADOS EM DIFERENTES SETORES

BIBLIOGRAFIAS

- WORLD'S MOST VALUABLE BRANDS. Forbes. Report, 2020. Disponível em: <https://www.forbes.com/the-worlds-most-valuable-brands>.
- SOUZA, M. V.; GIGLIO, K. (ed.). Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: experiências na pesquisa e extensão universitária. Editora Blucher, 2015.
- REYNOLDS, G.; STAIR, R. Principles of Information Systems. Cengage Learning, 2010.

DISCIPLINA:
COMPLIANCE E POLÍTICAS ANTICORRUPÇÃO

RESUMO

Embora os processos da Lava-Jato ainda estejam longe de chegar ao fim, este é o momento propício para mobilizar a sociedade na luta contra a corrupção. Esperar pode significar perder a janela de oportunidade que a operação criou ao abrir os olhos da população para a dimensão do problema. (Dallagnol, 2017, p. 14)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

RECENTES EXEMPLOS INTERNACIONAIS
O BRASIL NO CENTRO DA CORRUPÇÃO
MEDIDAS DISRUPTIVAS E A OPERAÇÃO LAVA JATO
O SISTEMA ANTICORRUPÇÃO

AULA 2

ORIGENS MORAIS E ÉTICAS
DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS ACERCA DO TEMA
COMPLIANCE PÚBLICO
COMPLIANCE PRIVADO

AULA 3

ASPECTOS PERTINENTES DA LEI N. 13.303/2016
A LEI N. 19.857/2019 DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGOS DE ÉTICA E CONDUTA
DIFICULDADES E DESAFIOS DO AMBIENTE PÚBLICO

AULA 4

ABRANGÊNCIA DA NORMA
DOS ATOS CONSIDERADOS LESIVOS
DAS SANÇÕES E CONDICIONANTES
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO - PAR E O ACORDO DE LENIÊNCIA

AULA 5

O DESENVOLVIMENTO DA GOVERNANÇA PÚBLICA

GOVERNANÇA PÚBLICA
GOVERNANÇA PÚBLICA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
GOVERNANÇA PÚBLICA: PRINCÍPIOS E COMPLIANCE

AULA 6

O COMPLIANCE OFFICER
AVALIANDO UM PROGRAMA DE COMPLIANCE
GESTÃO DE RISCOS
MODALIDADES DE COMPLIANCE

BIBLIOGRAFIAS

- FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Relatório Corrupção: custos econômicos e propostas de combate. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/relatorio-corrupcaocustos-economicos-e-propostas-de-combate/attachment/custo-economico-dacorrupcao-final/>.
- MPF – Ministério Público Federal. Caso Banestado. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/atuacao-na-1ainstancia/investigacao/relacao-com-o-caso-banestado>.
- UNAMA – Universidade da Amazônia. A Carta de Pero Vaz de Caminha. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/livros-classicos-deliteratura/a-carta-de-pero-vaz-de-caminha-em-pdf>.

DISCIPLINA:

CRIMES CONTRA A PESSOA

RESUMO

Ao longo das próximas aulas abordaremos os crimes em espécie praticados contra a vida e a integridade física do sujeito, sua liberdade e honra, analisando questões controvertidas do direito penal em nosso sistema de justiça criminal. Começaremos nas primeiras aulas com a análise de aspectos relevantes sobre o crime de homicídio, passando pela contemplação dos tipos de feminicídio, infanticídio, aborto e genocídio. Abordaremos, então, o crime de lesão corporal, com ênfase no crime de violência doméstica. Em seguida, abordaremos os crimes de periclitamento contra a vida e a saúde, como no caso de omissão de socorro e abandono de incapaz. Discutiremos o crime de rixa e os contra a honra, com os tipos de calúnia, injúria e difamação, e finalizaremos contemplando os crimes contra a liberdade individual.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
HOMICÍDIO QUALIFICADO E CASOS DE DIMINUIÇÃO DE PENA
FEMINICÍDIO
HOMICÍDIO CULPOSO
A IMPORTÂNCIA DA CLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE HOMICÍDIO E SUAS IMPLICAÇÕES

AULA 2

INTRODUÇÃO
O CONFRONTO DA NORMA COM O EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO -
EUTANÁSIA
INFANTICÍDIO
ABORTO
PRÁTICAS GENOCIDAS NO BRASIL

AULA 3

INTRODUÇÃO

LESÃO CORPORAL GRAVÍSSIMA

LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE E CAUSAS DE AUMENTO, DIMINUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE PENA

LESÃO CORPORAL CULPOSA E LESÃO CORPORAL QUALIFICADA POR VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - UM ESTUDO

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

AULA 4

INTRODUÇÃO

ABANDONO DE INCAPAZ

EXPOSIÇÃO E ABANDONO DE RECÉM-NASCIDO

OMISSÃO DE SOCORRO

MAUS TRATOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

CALÚNIA

DIFAMAÇÃO

INJÚRIA

DISPOSIÇÕES COMUNS, EXCLUSÃO E RETRATAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO

AMEAÇA

SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO

REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA A ESCRAVIDÃO

TRÁFICO DE PESSOAS

BIBLIOGRAFIAS

- BITENCOURT, C. R. Tratado de Direito Penal. v. 2, 20. ed. Saraivajur, 2020.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência. 2020.
- FAVORETTO, A. C. Direito penal descomplicado. São Paulo: Rideel, 2015.